

RELATÓRIO DE GESTÃO

MISSÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS EM NOVA YORK

EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

INTRODUÇÃO

1. O relatório que encaminho, referente ao período em que tive a honra de chefiar a Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York a partir de outubro de 2013, descreve uma etapa em que a diplomacia brasileira demonstrou uma capacidade crescente de contribuir para moldar a agenda multilateral e orientar resultados, em fase de atividade cada vez mais intensa e diversificada do sistema ONU. Nesse esforço, a Delegação contou com o permanente apoio da Secretaria de Estado e dos numerosos órgãos do Executivo responsáveis pelo acompanhamento de assuntos aqui abordados. Multiplicaram-se também, durante esta gestão, os contatos com outras autoridades governamentais, bem como com a sociedade civil. É possível afirmar, sem exagero, que não existe assunto, no vasto temário tratado pelas Nações Unidas em sua sede, em que o Brasil não apresente idéias e manifeste sua singularidade, a partir de um compromisso inabalável com a Carta da ONU e com o multilateralismo. Para tal contribuem nossas raízes democráticas e os progressos dos últimos anos na promoção da inclusividade econômica e social, além do desenvolvimento de uma política externa que alia uma forte âncora regional com uma presença global.

2. A transição para uma ordem multipolar, descrita como irreversível pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon, abre perspectivas promissoras para a cooperação internacional e para o Brasil, com suas relações diplomáticas universais, e sua capacidade de influir sobre virtualmente todos os temas na pauta dos organismos multilaterais. Característica do mundo contemporâneo é a urgência com que se apresenta à comunidade internacional o imperativo da cooperação. Impossível conceber, hoje, soluções puramente nacionais ou regionais para desafios como aqueles associados à mudança do clima, ao combate ao terrorismo, às epidemias, às questões migratórias e ao problema mundial das drogas e dos ilícitos, entre outros. A ONU se posiciona, neste contexto, como plataforma incontornável, produzindo novos consensos que atualizam conceitos e traçam caminhos novos para a consecução de objetivos comuns. O documento "O futuro que queremos", emanado da Conferência Rio +20, sobressai como ponto de inflexão histórica, que repercute sobre todo o processo de negociação da Agenda 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável e situa a ONU no centro do esforço internacional para

reconciliar o progresso econômico e social com a variável ambiental. Outros avanços, como o verificado em Paris, no Acordo sobre a Mudança do Clima, levaram vários observadores a descrever o ano de 2015 como um verdadeiro marco no fortalecimento do multilateralismo.

3. Não obstante, persistem desafios sem consensos, ou respostas adequadas, particularmente no plano da promoção da paz. No Oriente Médio, aos antigos diferendos se somam novos e complexos conflitos, agravados pela disseminação territorial do extremismo violento que conduz ao terrorismo. Apesar de alguns cenários subregionais encorajadores, a África continua a enfrentar várias guerras fratricidas. Tampouco devemos subestimar as dificuldades para a promoção de um mundo mais pacífico e seguro oriundas das tensões entre as principais potências militares, que se manifestam, por exemplo, no Leste da Europa e no Mar da China Meridional. Em um ano em que a ONU procura identificar um, ou uma, ocupante para o cargo de Secretária-Geral, cabe ter em mente que o déficit de credibilidade da Organização se concentra sobretudo no plano da promoção de uma paz internacional duradoura. Até certo ponto, o mapa do caminho para uma cooperação mais efetiva já está traçado, no que se refere ao desenvolvimento sustentável e à promoção dos direitos humanos. O mesmo não pode ser dito em relação à promoção da paz, tanto em termos dos mecanismos de governança (leia-se reforma do Conselho de Segurança) como em relação às estratégias políticas e militares.

4. O relatório a seguir obedece à divisão, que se convencionou fazer, do raio de atividades onusianas em três pilares básicos: desenvolvimento sustentável, paz e segurança internacional, promoção e proteção dos direitos humanos. Inclui também um segmento sobre candidaturas e um breve apanhado estatístico, como indicador quantitativo do perfil de atuação da Representação Permanente. Sem ser exaustivo, o texto abaixo procura não deixar de mencionar qualquer aspecto relevante do multifacetado trabalho da Missão e alinhava algumas sugestões de ação futura.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

5. Minha gestão à frente da Missão coincidiu com intensa atividade nas Nações Unidas, relacionada à área de desenvolvimento sustentável, como desdobramento da Conferência Rio+20, de 2012. O ápice dessas atividades deu-se em setembro de 2015, quando a Assembleia Geral adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujos 17 objetivos e 169 metas constituem plano de ação global para a efetiva implementação de um modelo de desenvolvimento equilibrado, em que aspectos ambientais, sociais e econômicos são promovidos em sintonia e com o objetivo central de erradicar a pobreza. A Agenda 2030, juntamente com o Acordo

de Paris sobre Mudança do Clima e a Agenda de Ação de Adis Abeba, sobre financiamento ao desenvolvimento, compõem o arcabouço que deverá nortear as atividades de desenvolvimento sustentável na ONU, nos próximos anos. A Missão foi participante central nesses processos.

6. Como se sabe, à diferença dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Agenda 2030 aplica-se a todos os países, e não apenas às nações em desenvolvimento. Trata-se de uma mudança de paradigma que, embora forme parte de um novo consenso, aporta desafios no plano de implementação dos compromissos assumidos. Persiste na burocracia de alguns países desenvolvidos e do Banco Mundial uma visão segundo a qual caberia aos países em desenvolvimento, sobretudo, adotar medidas no plano doméstico.

7. A aprovação da nova agenda também significa a superação do ponto de vista, associado ao "Consenso de Washington", segundo o qual o crescimento econômico deveria ter prevalência sobre outras questões, como a igualdade social e a proteção ambiental. Exemplo concreto desse avanço conceitual é o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 10, que versa sobre a diminuição da desigualdade tanto dentro de países quanto no âmbito internacional.

8. A atuação do Brasil foi decisiva para moldar a natureza inovadora e abrangente da Agenda 2030. Boa parte dos ODSs e de suas respectivas metas remete diretamente a políticas públicas e prioridades do governo brasileiro. O próprio ODS-10, acima mencionado, sobre desigualdade, derivou em parte de proposta brasileira de refletir na nova agenda a necessidade de promover a igualdade social e de diminuir o fosso entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

9. A importância da atuação brasileira no campo do desenvolvimento sustentável reflete-se no papel que o País foi convidado a desempenhar em diversos processos negociadores nos últimos três anos. Cito, a seguir, alguns exemplos.

10. Juntamente com a França, o Brasil foi determinante para a adoção do Mecanismo de Facilitação de Tecnologia (TFM, na sigla em inglês), que pode ser considerado o primeiro plano de ação concreto sobre transferência de tecnologia adotado no âmbito da ONU. O mecanismo visa facilitar o acesso de países em desenvolvimento a tecnologias livres de royalties, com potencial de auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável. Depois de décadas de negociações frustradas nessa área, devido à sensibilidade econômico-estratégica do tema e à reticência dos países desenvolvidos em engajar-se em conversações a respeito - fora da Organização Mundial sobre Propriedade Intelectual - a adoção do mecanismo de facilitação de tecnologias é considerada um dos mais

importantes resultados da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Adis Abeba, em meados de 2015, da qual o Brasil foi um dos vice-presidentes.

11. O Brasil também foi chamado a ocupar a vice-presidência da mesa diretora da 11ª Sessão do Foro das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF-11), entidade chefiada pelo brasileiro Manoel Sobral Filho. Na ocasião, decidiu-se pelo fortalecimento do Arranjo Internacional sobre Florestas (AIF), com a elaboração de um plano estratégico (2017-2030), maior vinculação do tema florestal à Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas e estabelecimento de Fundo com vistas a apoiar a elaboração de projetos de preservação de áreas florestais. A atuação brasileira salvaguardou os interesses do País e reafirmou o compromisso histórico do Brasil com o tratamento multilateral de temas florestais.

12. Nos últimos anos, o Brasil tem presidido a negociação da resolução anual que acompanha a implementação dos grandes acordos da ONU sobre desenvolvimento sustentável. Essa resolução deverá promover a adaptação da estrutura e dos métodos de trabalho das Nações Unidas à Agenda 2030, os quais ainda refletem o antigo paradigma segundo o qual os desafios de desenvolvimento dizem respeito apenas aos países em desenvolvimento.

13. Desde março de 2016, o Brasil preside, por meio do IBGE, a Comissão de Estatísticas da ONU, cujo Grupo Interagências e de Peritos sobre Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável está encarregado de elaborar proposta de indicadores para medir a implementação dos ODSs. Trata-se de posição de suma relevância, pois coloca o Brasil no centro de debates e negociações que determinarão os meios e métodos de monitoramento e mensuração dos ODSs.

14. A Missão tem buscado, em coordenação com outros países, promover o tratamento de temas da nova agenda que não encontram um "locus" natural de debate dentro das Nações Unidas. O Brasil participa ativamente do grupo que promove o ODS-10 (sobre desigualdade) e tem patrocinado, juntamente com a Suíça e com a Universidade de Nova York, o debate sobre o ODS-16 (sobre sociedades pacíficas, justas e inclusivas).

15. No âmbito regional, tem sido relevante a contribuição da Comissão Econômica Regional para a América Latina e Caribe (CEPAL), tanto no plano das análises e elaboração de cenários, como na coordenação entre os países da América Latina e Caribe. A recente criação do Foro Regional sobre Desenvolvimento Sustentável, iniciativa que advém da Conferência Rio+20 e que contou com amplo apoio do Brasil, deverá impulsionar os esforços de implementação da Agenda 2030 em nosso entorno.

16. Na área de mudança do clima, os últimos anos foram marcados pela realização de grandes eventos relacionados ao Acordo de Paris. Em setembro de 2014, a ONU sediou, por iniciativa do SGNU, a Cúpula do Clima. O evento reuniu 120 Chefes de Estado e de Governo e teve por principal objetivo alertar para a importância de um acordo ambicioso para combater o aquecimento global. À margem da Cúpula, foi realizada a Marcha para o Clima, que reuniu 100 mil pessoas em Nova York.

17. Em abril de 2016, foi realizada cerimônia de assinatura do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima, com a presença de 175 delegações. O Acordo representa ponto de inflexão na luta global contra a mudança do clima, na medida em que envolve, pela primeira vez, todos os países com vistas ao objetivo de limitar o aquecimento global a até 2 graus centígrados em relação a níveis pré-industriais. O sucesso do Acordo de Paris está intrinsicamente ligado à implementação exitosa da Agenda 2030.

TEMAS ECONÔMICOS

18. A área econômica e financeira da ONU é palco por excelência da disputa de narrativas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre a governança econômico-financeira global. Enquanto países em desenvolvimento têm interesse em que temas dessa natureza sejam discutidos na ONU, onde cada país tem um voto, os países desenvolvidos privilegiam instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, nas quais contam com maior peso relativo.

19. Ao longo de minha gestão, o Brasil engajou-se nessa discussão em diversas frentes, entre as quais vale ressaltar: a) no tópico de dívidas soberanas, exercício da vice-presidência do Comitê Ad Hoc para Elaboração de Marco Jurídico Multilateral para Processos de Reestruturação de Dívidas Soberanas (CAH), que definiu nove princípios voluntários para reestruturação desse tipo de dívida; b) na área de governança da Internet, a defesa da adoção de resoluções anuais sobre tecnologias da informação e das comunicações para o desenvolvimento ("ICT4D"), assim como a participação na revisão decenal dos resultados da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI+10, em dezembro de 2015, realizada após a organização do Fórum sobre Governança da Internet em João Pessoa, no mês anterior); e c) engajamento no processo negociador do Programa de Ação de Viena para Países em Desenvolvimento Sem Litoral ("landlocked developing countries"), e da Revisão de Meio Período do Programa de Ação de Istanbul para Países de Menor Desenvolvimento Relativo. Em ambos os casos, o Brasil ocupou uma das vice-presidências.

TEMAS DE SAÚDE

20. Nos últimos três anos, aprofundou-se o debate político sobre temas de saúde em Nova York. A participação brasileira nesse debate, assim como em iniciativas específicas na área de saúde, frequentemente subsidiada também por representantes do Ministério da Saúde, tem sido fundamental para o avanço dos pontos de vista nacionais, e de interesse dos países em desenvolvimento como um todo.

21. O histórico do Brasil, país mais populoso com sistema de saúde universal e gratuito, no tratamento de epidemias como o HIV/Aids e a ênfase atribuída pelo governo brasileiro aos determinantes sociais da saúde contribuem para manter atuação de perfil elevado em diversas vertentes, a seguir detalhadas.

22. O Brasil é membro do grupo "Política Externa e Saúde Global" (FPGH, pela sigla em inglês), juntamente com África do Sul, França, Indonésia, Noruega, Tailândia e Senegal. A cada ano, o Grupo apresenta resolução sobre tema de destaque da agenda de saúde, e sua atuação logrou chamar maior atenção para os temas associados à saúde em Nova York. As resoluções propostas pelo grupo foram as primeiras a aportar perspectiva ampla sobre os vínculos entre saúde e política externa. O FPGH completa dez anos de existência em 2016, após o quê o Brasil deverá promover atualização da Declaração de Oslo (2006), que estabeleceu as prioridades do grupo.

23. O surto de Ebola ocorrido em 2014 na África Ocidental teve impacto significativo sobre a forma como temas de saúde são tratados pela ONU. A criação da primeira missão da ONU para combater emergência sanitária contribuiu para reforçar a constatação de que a comunidade internacional não está preparada para lidar com tais situações. No mesmo ano, em resposta ao surto, o SGNU estabeleceu o Painel de Alto Nível sobre a Resposta Global às Crises de Saúde, chefiado pelo Presidente da Tanzânia e integrado pelo ex-Chanceler Celso Amorim. O Painel apresentou 27 recomendações para implementação nos níveis nacional, regional e internacional destinadas a ampliar a capacidade global de resposta a emergências sanitárias. A fim de monitorar a implementação das recomendações do painel, entre as quais a preparação de Cúpula Global sobre Crises de Saúde em 2018, foi estabelecida pelo SGNU Força-Tarefa a ser coordenada pelo Secretário-Geral Adjunto, pela Diretora Geral da OMS e pelo Presidente do Banco Mundial.

24. No contexto do surto global de Zika, reconhecido pela OMS, em fevereiro de 2016, como Emergência Pública de Interesse Internacional, o Brasil vem acompanhando as ações do Plano de Ação Estratégica de Resposta ao Zika, coordenado pelo Enviado Especial do SGNU para a Agenda 2030 para o

Desenvolvimento Sustentável, David Nabarro. Fundo fiduciário foi criado para financiar as ações globais do Plano.

25. Em novembro de 2015, foi instituído pelo SGNU Painel sobre Acesso a Medicamentos, que também contou com a participação do ex-Chanceler Celso Amorim, além do Vice-Presidente da Fiocruz, Jorge Bermudez. Espera-se que até o mês de agosto seja divulgado o relatório do painel.

26. Na área do HIV/Aids, em 2014, a Missão apoiou a campanha "Proteja o Gol", lançada pela UNAIDS durante a Copa do Mundo. Mais recentemente, em junho último, teve atuação importante na Revisão de Alto Nível sobre o tema, inclusive no que diz respeito à coordenação com representantes da sociedade civil brasileira.

27. No que tange ao tema de segurança do trânsito, o Brasil envolve-se ativamente na negociação das resoluções bianuais, as quais co-patrocina, bem como nas campanhas realizadas por entidades como a Fundação FIA, a OMS e o UNICEF. O País figura como um dos "campeões" do tema, tendo defendido sua inclusão entre os ODSs, e é reconhecido pela qualidade de seu arcabouço jurídico destinado a reduzir as mortes no trânsito, em particular a Lei Seca. Em 2014, a adoção da resolução sobre segurança no trânsito contou com a presença do Deputado Federal Hugo Leal (PSB-RJ), Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do trânsito Seguro e autor de lei sobre a matéria.

28. O Brasil vem atuando, ainda, no processo negociador da Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana (AMR), a ter lugar em Nova York, em setembro próximo, que deverá abordar implicações da questão não apenas sob a perspectiva da saúde, mas também da agricultura e do comércio exterior. Tendo em conta a gravidade e a urgência da situação da AMR, espera-se que a reunião possa chamar atenção da comunidade internacional para o problema e venha a definir novo modelo de governança para coordenar a resposta global.

TEMAS HUMANITÁRIOS

29. O tema da assistência humanitária na ONU tem adquirido crescente relevância e complexidade, devido à gravidade das atuais crises humanitárias e a tentativas de reforma da arquitetura internacional de resposta a crises.

30. Nesse contexto, o Secretário-Geral da ONU lançou o relatório "Uma Humanidade: Responsabilidades Compartilhadas", no qual propõe uma "Agenda para a Humanidade" com cinco responsabilidades fundamentais a serem levadas adiante pelos Estados membros e demais atores humanitários. Na Cúpula Humanitária Mundial (Istambul, maio de 2016), esses atores assumiram compromissos voluntários para fazer avançar a Agenda para a Humanidade. O Brasil subscreveu os

"compromissos fundamentais" propostos pelo Secretariado e apresentou outros compromissos individuais, cuja implementação deve ser objeto de seguimento nacional.

31. A atuação da Missão no tema abarcou duas de suas dimensões: (i) sistêmica, ao engajar-se nos debates normativos e sobre políticas que influenciam o desenho e funcionamento do sistema humanitário; e (ii) operacional, a fim de viabilizar a transferência, para organismos da ONU, de recursos recebidos com vistas a apoiar países que atravessam crises humanitárias.

32. Na dimensão sistêmica, o Brasil participou ativamente dos principais processos da ONU no período, no âmbito da Assembleia Geral, do Conselho Econômico e Social e do Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários. Ademais, cabe ao Brasil presidir, juntamente com a Suécia, o grupo de trabalho "Diálogo sobre Parcerias Humanitárias" (DHP), composto por países desenvolvidos e em desenvolvimento. O grupo constitui espaço privilegiado e representativo para o debate de questões sistêmicas da arquitetura humanitária internacional, tendo produzido insumos para o relatório do SGNU "Uma Humanidade: Responsabilidade Compartilhada".

33. A atuação brasileira nesses espaços tem ressaltado a importância de prevenir e solucionar conflitos; respeitar o Direito Humanitário Internacional; fortalecer mecanismos de cooperação; e buscar viabilizar o desenvolvimento de longo prazo dos países e populações atingidos por crises humanitárias.

34. Na dimensão operacional da assistência humanitária, o Brasil realizou importantes contribuições para agências da ONU no período. Transferiu, por meio da Missão, recursos para as seguintes entidades, entre outras: Organização Mundial da Saúde (OMS), Programa Mundial de Alimentos (PMA), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo Central das Nações Unidas para Ação em Casos de Emergência (CEFR), Fundo Fiduciário de Resposta ao Ebola das Nações Unidas, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU) e Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).

35. No atual cenário de persistência, quando não de recrudescimento, das crises humanitárias, a questão do aprimoramento da resposta humanitária e de seu arcabouço institucional tende a manter-se proeminente nas Nações Unidas.

36. Devem permanecer na pauta temas como a atenção a refugiados e deslocados internos; o empoderamento de mulheres e meninas na ação humanitária; a necessidade de reduzir a fragmentação e imprevisibilidade do financiamento; e a busca de maior coerência e sinergia entre as ações dos diversos atores.

ATIVIDADES OPERACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO

37. Em minha gestão, a Missão manteve-se especialmente engajada nas atividades de fundos, programas e agências especializadas da ONU, por meio da participação ativa nas sessões das Juntas Executivas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fundo das Nações Unidas para População (FNUAP), do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da ONU-Mulheres.

38. Outra área de atuação foi no âmbito dos Diálogos do Conselho Econômico e Social, sobre o posicionamento de longo prazo do Sistema de Desenvolvimento da ONU (UNDS). Os Diálogos reuniram ideias sobre como aprimorar o UNDS no contexto da Agenda 2030, tornando-o mais universal, transversal e integrado, buscando sinergias entre as agências e reduzindo a fragmentação, a sobreposição e a competição entre elas.

39. Em particular, o Brasil vem defendendo que o UNDS seja capacitado para acompanhar a implementação dos ODSs em todos os países, inclusive nos países desenvolvidos, sem prejuízo do foco nos países mais vulneráveis. Ademais, deve ser preservada a posição dos países ditos "emergentes" como recipiendários de cooperação internacional, bem como ampliada a representação dos países em desenvolvimento nas Juntas Executivas das agências.

40. A Revisão Quadrienal Ampla de Políticas das Atividades Operacionais das Nações Unidas (QCPR 2017-2020), que consiste em um plano plurianual para o UNDS para os próximos quatro anos, será oportunidade para tratar desses temas em profundidade, assim como aperfeiçoar e reorientar o sistema à luz do novo paradigma da Agenda 2030.

41. Cumpre ressaltar, finalmente, que o Brasil foi eleito membro da Junta Executiva da ONU-Mulheres para o período 2017-2019, o que exigirá da Missão envolvimento direto e contínuo em suas atividades.

COOPERAÇÃO SUL-SUL E FUNDO IBAS

42. No campo conceitual, o Brasil tem reiterado a importância de respeitar os princípios e características da cooperação

sul-sul, tais como delineados na Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (Nairóbi, 2009).

43. São especialmente relevantes o caráter complementar, e não substituto, da cooperação sul-sul em relação aos esquemas tradicionais de cooperação norte-sul, bem como a necessidade de assegurar espaço político para os países em desenvolvimento definirem suas estratégias e prioridades nacionais com flexibilidade e autonomia.

44. Os países em desenvolvimento têm-se oposto à imposição, à cooperação sul-sul, de padrões de quantificação e avaliação originários da cooperação tradicional norte-sul, desenvolvidos fora da ONU. Qualquer discussão sobre mensuração da cooperação sul-sul deve ser liderada pelos próprios países em desenvolvimento.

45. O Brasil tem defendido o fortalecimento do apoio prestado pelo sistema ONU à cooperação sul-sul, de duas maneiras: o reforço político e financeiro do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), o ponto focal da coordenação inter-agências da ONU, e a integração do apoio à cooperação sul-sul nas atividades e iniciativas correntes das agências.

46. O tema da cooperação sul-sul foi objeto de negociações periódicas em resolução anual da AGNU; em capítulo próprio dentro da QCPR; e na Reunião de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (realizada em 2014 e 2016). Além disso, o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento (DCF, realizado em 2014 e 2016) constituiu importante espaço, embora não-vinculante, para difundir as ideias brasileiras sobre cooperação.

47. A realização, em 2018, da próxima edição desses dois foros e da reunião Buenos Aires+40 (sucessora de evento homólogo realizado na Argentina em 1978, quando foi aprovado o "Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento"), serão oportunidades para dar continuidade aos pleitos brasileiros, bem como para trocar experiências com outras delegações em eventos paralelos e reuniões bilaterais.

48. Ainda no campo da cooperação sul-sul, sublinho as atividades do Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza, gerido em Nova York por Junta Diretora composta pelos Representantes Permanentes Alternos de Brasil, Índia e África do Sul e secretariada pelo UNOSSC. Reconhecido como caso de sucesso, o Fundo tem promovido iniciativas concretas de cooperação para o desenvolvimento, sempre priorizando o envolvimento dos atores locais desde a etapa da concepção e da formulação dos projetos, além do elemento da apropriação ("ownership") nacional.

49. O Fundo conta com contribuições anuais de US\$ 1 milhão de cada país. São desafios para o próximo período a quitação do saldo devedor do Brasil desde o ano de 2012, bem como a internalização do Acordo de Formalização do Fundo no ordenamento jurídico brasileiro.

ÁREA CULTURAL

50. Entre outubro de 2013 e julho de 2016, a Missão envolveu-se na realização de oito eventos culturais, com a participação total aproximada de 2500 pessoas, entre membros do corpo diplomático e funcionários das Nações Unidas, representantes de governo, acadêmicos, artistas, e de membros da sociedade civil de diversos países.

51. O evento de maior repercussão no período foi a cerimônia artística de reinauguração dos painéis "Guerra e Paz" de Cândido Portinari, realizada em setembro de 2015, que contou, na abertura, com a participação do Secretário-Geral Ban Ki-moon, e com transmissão de mensagens presidencial e do Papa Francisco.

52. No contexto da realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, a Missão realizou uma série de iniciativas culturais, utilizando-se da oportunidade para promover o Esporte como instrumento para a paz e o desenvolvimento.

53. No âmbito da Década Internacional da ONU para Afrodescendentes (2015-2024), foram organizados dois eventos: o painel "Autorrepresentação como Estratégia de Combate ao Racismo" e o evento paralelo, à margem da 60ª Sessão da Situação sobre a Situação da Mulher (CSW60), intitulado "Mulheres afrodescendentes na diáspora: construindo identidades raciais". O programa cultural do Posto também contemplou o tema da apatridia, objeto do painel "A Importância da Nacionalidade no Mundo de Hoje", realizado em 2015.

54. Anualmente, em maio, a Missão coordena, em parceria com as demais missões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a organização dos eventos comemorativos do "Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP".

TEMAS ADMINISTRATIVOS E ORÇAMENTÁRIOS

55. Ao longo de minha gestão, dediquei especial atenção aos temas orçamentários e administrativos, tratados no âmbito da V Comissão da Assembleia Geral. Os principais interesses a nortear a atuação da Missão têm sido:

(i) manter a capacidade da Organização de cumprir seus mandatos, particularmente na área de desenvolvimento, da

erradicação da pobreza e dos direitos humanos, e evitar que decisões tomadas em foros responsáveis por esses e outros temas se vejam prejudicadas por financiamento inadequado ou cortes indevidos de recursos;

(ii) preservar a metodologia para cálculo da contribuição brasileira à ONU;

(iii) fortalecer o pilar de desenvolvimento sustentável mediante financiamento adequado;

(iv) preservar condições regulatórias que viabilizem a participação das Forças Armadas em missões de manutenção da paz;

(v) assegurar o financiamento adequado de missões de paz de especial interesse ao Brasil, como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL);

(vi) ampliar o recrutamento de nacionais brasileiros para o Secretariado;

(vii) ampliar a participação de empresas brasileiras nas compras de bens e serviços da Organização;

(viii) tendo presente o contexto de restrições orçamentárias internas, reduzir e racionalizar os gastos da Organização, sem, no entanto, comprometer o cumprimento de mandatos.

56. Em todas essas frentes, foram alcançados resultados expressivos nos últimos três anos. Nas negociações do orçamento regular da ONU, que financia as atividades da Organização, a participação brasileira esteve orientada, de modo geral, a buscar o custeio adequado e equilibrado de atividades da ONU no desenvolvimento, paz e segurança e direitos humanos. Foram aprovados, por exemplo, cargos adicionais na CEPAL, bem como para a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), e para a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA). Todos os elementos da metodologia de cálculo da contribuição brasileira foram preservados, evitando aumentos arbitrários, com ônus desproporcional para o Brasil e outros países em desenvolvimento. A participação de peritos brasileiros nos órgãos subsidiários da Assembleia Geral responsáveis por temas orçamentários e administrativos fortalece a atuação da Delegação ao garantir que os interesses brasileiros sejam refletidos em suas recomendações. Durante minha gestão, o Brasil logrou a reeleição do Embaixador Henrique Sardinha Pinto para o Comitê de Contribuições (CoC) e a eleição do Conselheiro Fernando Sena para o Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), ambos

órgãos nos quais o Brasil tem buscado manter presença constante. Com relação às operações de manutenção da paz, garantiram-se os recursos necessários para a realização dos mandatos outorgados pelo CSNU, em especial para as missões da ONU no Haiti (MINUSTAH) e no Líbano (UNIFIL), operações em que as Forças Armadas lideram, respectivamente, o componente militar e a Força-Tarefa Marítima.

57. Por outra parte, a Missão continuou a prestar apoio a iniciativas para promover vendas de bens e serviços de empresas brasileiras à Organização, bem como para corrigir a subrepresentação de nacionais brasileiros no Secretariado. Em 2014, por intermédio da Missão e com apoio do Consulado-Geral em Nova York, representantes da Apex Brasil e da CNI participaram de seminário da Divisão de Aquisições da ONU (UNPD) sobre como aceder ao sistema de licitações para realização de vendas à Organização. Em setembro de 2014, em Brasília, e maio de 2015, em Belo Horizonte e novamente em Brasília, a UNPD ministrou seminários para apresentação do sistema de compras da ONU e prospecção de fornecedores. Novo evento está sendo organizado para setembro próximo. Além disso, a Missão brasileira empenhou-se em ampliar os investimentos do fundo de pensão dos funcionários da ONU no Brasil. O fundo, cujo volume chega a cerca de US\$ 53 bilhões, já mantém investimentos de cerca de US\$ 950 milhões na América Latina. Na área de recursos humanos, a Missão organizou, em novembro de 2014, também em conjunto com o Consulado-Geral em Nova York, palestra a estudantes do programa "Ciência Sem Fronteiras" para apresentação das oportunidades profissionais existentes no Secretariado. Missão ao Brasil, passando por Brasília, Belo Horizonte, Campinas e São Paulo, foi realizada em maio deste ano.

58. Devo registrar, por fim, o desafio representado pela dificuldade de o Brasil manter-se em dia com suas contribuições para a Organização. As dívidas remontam a 2013 e superam hoje US\$ 410 milhões. O País, hoje o 7º maior contribuinte da ONU, figura como segundo maior devedor, atrás apenas dos Estados Unidos, responsáveis pela maior parcela do orçamento e cujo atraso tem, frequentemente, motivações políticas. A situação de inadimplência, caso persista, ameaçará afetar negativamente a imagem e minar a credibilidade do Brasil em todo o sistema das Nações Unidas. O pagamento sistematicamente tardio e limitado ao montante necessário para evitar a perda do voto, como vem ocorrendo nos últimos anos, é prática desaconselhável, tanto do ponto de vista político como financeiro.

PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS

59. O Brasil manteve perfil participativo em todos os processos e debates sobre paz e segurança nas Nações Unidas no decorrer de minha gestão em Nova York. Apesar de não ser

membro do Conselho de Segurança (CSNU), o Brasil teve atuação de relevo nas discussões do órgão, em consonância com sua tradição de país em desenvolvimento que mais vezes exerceu mandato no Conselho e com sua aspiração a assento permanente no CSNU, ao lado de Alemanha, Índia e Japão. A Missão participou de todos os debates abertos organizados pelo Conselho e manteve contato frequente com outras delegações para acompanhar e influenciar negociações de importância estratégica, sobressaindo, nesse aspecto, parcerias mantidas com o Chile e o Uruguai por ocasião de seus respectivos mandatos no CSNU.

60. Nos últimos anos, o Brasil continuou a exercer protagonismo em missões de paz da ONU, sobretudo no Haiti e no Líbano. Presidi a Comissão de Consolidação da Paz (CCP) das Nações Unidas e sua Configuração Guiné-Bissau, quando busquei aproximar a CCP das deliberações do CSNU. A Delegação brasileira envolveu-se substantivamente nas dinâmicas de importância estrutural para o aperfeiçoamento sistêmico das Nações Unidas, incluindo as revisões sobre operações de paz, consolidação de paz e mulheres, paz e segurança; as negociações para reformar o Conselho de Segurança; e o processo de sucessão do Secretário-Geral da ONU.

OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

61. Durante minha gestão, o Brasil manteve engajamento em dez Operações de Manutenção da Paz (OMPs) e Missões Políticas Especiais (MPEs) das Nações Unidas, com participação de especial relevo no componente militar da MINUSTAH (Haiti) e marítimo da UNIFIL (Líbano). O desempenho positivo do Brasil, como contribuinte de tropas profissionais e capazes de agregar valor ao trabalho da ONU em situações de instabilidade e conflito, é hoje objeto de consenso na Organização. Na República Democrática do Congo, a atuação do General Santos Cruz à frente do componente militar da MONUSCO, até 2015, refletiu suas qualidades de liderança e reconheceu o papel que o Brasil pode desempenhar em contexto reconhecidamente difícil, no cumprimento de mandato inovador, sob o Capítulo VII da Carta da ONU. A Delegação manteve frutífera cooperação com o Escritório do Conselheiro Militar do Brasil junto à ONU, permitindo atuação conjunta junto a órgãos pertinentes das Nações Unidas. Há atualmente seis oficiais militares brasileiros cedidos para o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) do Secretariado da ONU, inclusive seu Diretor de Parcerias Estratégicas, General Paul Cruz.

62. Diante da sensação coletiva de que as ferramentas da ONU precisam ser permanentemente aprimoradas para enfrentar os complexos desafios na área de paz e segurança, o Secretário-Geral Ban Ki-moon criou, em 2015, um Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz, sob a chefia do ex-

Presidente de Timor-Leste, José Ramos-Horta, para revisar a atuação das Nações Unidas e apresentar recomendações estratégicas para o seu aperfeiçoamento. O Brasil, único país latino-americano representado no Painel, foi ativo no processo e influenciou de forma significativa seu resultado, que reafirmou a primazia da política e a prioridade à prevenção de conflitos. Nesse contexto, o Brasil sediou reunião regional de consultas do Painel para a América Latina e o Caribe, em Salvador, em 2015.

63. A Delegação defendeu os princípios fundamentais das missões de paz; sublinhou que a "militarização" dessas operações não assegura necessariamente a proteção de civis; enfatizou a importância de atentar para a relação entre segurança e desenvolvimento; questionou a admissibilidade da execução de atividades de antiterrorismo por operações de paz; propugnou a cooperação entre o CSNU, o Secretariado da ONU e os países contribuintes de tropas e polícias (TPCCs) para as missões de paz, bem como a colaboração reforçada entre o CSNU e a CCP; e favoreceu maior papel para as mulheres na prevenção, mediação e resolução de conflitos e na construção da paz duradoura.

64. Em 2015, o Brasil acolheu as principais recomendações do Estudo Independente Global sobre a Resolução 1325 (2000), relativa à agenda de mulheres, paz e segurança, e deu início à formulação de Plano de Ação Nacional na temática. O Brasil se posicionou, com firmeza, contra abusos e explorações sexuais em missões de paz, que desgastam a reputação da ONU. Afirmamos a necessidade de investigar todas as alegações e, em caso de comprovação, punir os autores; apoiamos a política de tolerância zero do SGNU na matéria; e defendemos abordagem preventiva para evitar tais crimes, com ênfase no treinamento rigoroso das tropas e policiais que serão desdobrados. O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), que ministra cursos na área a tropas brasileiras, obteve certificados do Secretariado da ONU em reconhecimento de sua qualidade.

CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

65. Presidi, entre 2014 e 2015, a Comissão de Consolidação da Paz (CCP) da ONU. À frente da CCP, o Brasil priorizou o apoio aos esforços nacionais de consolidação da paz; a prevenção de conflitos e a consideração de suas causas profundas; uma melhor interação entre a CCP e o Conselho de Segurança; o fortalecimento do papel econômico e político das mulheres na consolidação da paz; e a necessidade de integrar perspectivas regionais e subregionais nos trabalhos da CCP. Como Presidente da CCP, visitei a sede da União Africana em 2014, quando mantive contato com o Conselho de Paz e Segurança da UA, organizei sessão anual sobre a mobilização de recursos para a construção da paz e promovi painel acerca da

participação de mulheres na construção da paz. Sob a condução do Brasil, o Comitê Organizacional da CCP finalizou os Termos de Referência para a revisão da arquitetura da consolidação da paz da ONU, processo que ocorreria em 2015, com o apoio de Grupo Consultivo de Peritos. A revisão resultou em ideias inovadoras, como o conceito de "paz sustentável" ("sustaining peace"), e foi concluída e endossada por resoluções da AGNU e do CSNU, em 2016. Como Presidente da Configuração Guiné-Bissau da CCP, organizei sete reuniões; emiti sete comunicados a respeito da situação bissau-guineense; e viajei três vezes a Bissau para contatos com o Escritório Integrado de Consolidação da Paz em Guiné-Bissau (UNIOGBIS) e com autoridades locais.

PAZ E SEGURANÇA - AMÉRICA LATINA E CARIBE

66. Tendo em conta a liderança, desde 2004, da MINUSTAH no Haiti, a Delegação manteve participação ativa no Grupo de Amigos do Haiti e no Grupo Consultivo Ad Hoc do ECOSOC (AHAG). Nos últimos três anos, embora o mandato da MINUSTAH tenha permanecido inalterado, seus efetivos foram reduzidos em mais de 50%. No que se refere à eventual reconfiguração da MINUSTAH, o Brasil vem apoiando decisões do CSNU que reflitam as condições no terreno e não coloquem em risco os ganhos de estabilidade alcançados desde 2004. Vale registrar que grande parte dos objetivos militares da Missão já foi alcançada, razão pela qual seria pertinente começar a estudar presença da ONU de outra natureza, mais voltada ao desenvolvimento e ao fortalecimento institucional, inclusive valendo-se das possibilidades oferecidas pela Comissão de Consolidação da Paz (CCP).

67. O Brasil acompanhou as negociações que levaram à aprovação, pelo CSNU, de Missão Política Especial na Colômbia, como componente internacional do mecanismo tripartite de verificação e monitoramento do cessar-fogo entre o Governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo (FARC-EP). O processo configura avanço histórico para encerrar o único conflito armado do continente sul-americano. Após gestões junto ao Secretariado para expressar o interesse brasileiro em contribuir com a Missão na Colômbia, o Brasil foi convidado a participar do componente civil da Missão, inclusive com funções de chefia.

PAZ E SEGURANÇA - ORIENTE MÉDIO

68. O prolongado conflito na Síria ocupou parte expressiva da agenda internacional nos últimos anos. O Brasil continuou a se pronunciar em favor de solução pacífica e inclusiva para as hostilidades, por meio de negociações lideradas pelo povo sírio e apoiadas pelas Nações Unidas. O Brasil votou a favor das resoluções anuais da AGNU sobre as graves violações dos direitos humanos na Síria, que incorporaram propostas

sugeridas pela Missão, e organizou reuniões informais na Missão com representantes da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Síria, estabelecida pelo Conselho de Direitos Humanos e presidida pelo brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro. A Delegação acompanhou as movimentações internacionais para enfrentar grupos terroristas presentes na Síria, como o ISIL e a Frente Al-Nusra; os 'briefings' na ONU sobre o acesso humanitário na Síria; e o processo de desmantelamento do arsenal químico sírio e de investigações sobre o uso de armas químicas no país. Essas atividades subsidiaram o posicionamento brasileiro em eventos políticos e humanitários sobre a Síria, como a Conferência de Genebra II, em 2014, e as reuniões anuais de doadores no Kuwait e em Londres.

69. Tema de especial interesse brasileiro é a questão dos refugiados de origem síria. Minha gestão praticamente coincidiu com a vigência da Resolução Normativa 17 do CONARE, de 2013, que facilitou a emissão de vistos, em caráter humanitário, a indivíduos afetados pelo conflito no país levantino. A Delegação assegurou grande visibilidade internacional a tal medida, que beneficiou cerca de 9 mil pessoas e é considerada referência em matéria de refúgio. A situação política e militar no Golã Sírio, ocupado desde 1967 por Israel, continuou a ser objeto de resoluções da AGNU e do ECOSOC, com apoio brasileiro. Participamos de debates do CSNU sobre a Força de Separação das Nações Unidas (UNDOF), que zela pela trégua no Golã Sírio.

70. No tocante à Questão da Palestina, o último triênio foi marcado pela ausência de progressos tangíveis rumo à solução de dois Estados, em cenário de inação do CSNU, expansão dos assentamentos israelenses ilegais, perda de credibilidade do Quarteto e ondas periódicas de violência. Esse ciclo vicioso culminou, em 2014, com a terceira ofensiva militar de Israel contra Gaza em menos de seis anos, quando o uso desproporcional da força foi condenado pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon e pelo Brasil. Refletindo o histórico posicionamento do Estado brasileiro em prol de Estado livre, independente, soberano e viável para o povo palestino, nas fronteiras de 1967 e com Jerusalém Oriental como capital, vivendo em paz com Israel, a Delegação apoiou ou co-patrocinou resoluções da AGNU e do ECOSOC sobre as repercussões econômicas e sociais da ocupação; o status de Jerusalém; as necessidades dos refugiados palestinos; a aplicabilidade das Convenções de Genebra aos territórios ocupados; as práticas israelenses que violam os direitos humanos das populações sob ocupação; e a soberania do povo palestino sobre seus recursos naturais. Como parte da campanha internacional pelo reconhecimento do Estado da Palestina, a AGNU aprovou, em 2015, com co-patrocínio brasileiro, resolução determinando o hasteamento, nas sedes

da ONU, das bandeiras dos Estados observadores não-membros - Palestina e Santa Sé.

71. Nossas posições sobre a disputa israelo-palestina foram reiteradas nos discursos presidenciais na AGNU e nos debates abertos do CSNU sobre a situação no Oriente Médio. O Brasil participou, ainda, das atividades do Comitê sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino (CEDIPP) e das celebrações do Dia Internacional da Solidariedade com o Povo Palestino. Em 2014, o Brasil foi convidado para integrar o Comitê Consultivo da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA), em reconhecimento a suas contribuições para tal população. Paralelamente, a Delegação participou de eventos de especial relevância para o Estado de Israel e o povo judeu, a exemplo de sessão especial da AGNU sobre o antissemitismo no mundo, em 2015. Na ocasião, condenei todas as formas de discriminação religiosa e lamentei que conflitos internacionais fossem instrumentalizados para promover o antissemitismo, a islamofobia e outras formas de intolerância. Mantive contato com representantes de associações judaicas brasileiras e internacionais, em particular o "World Jewish Congress".

72. A situação libanesa foi examinada de forma prioritária pela Delegação, à luz dos vínculos humanos e culturais entre Brasil e Líbano e do comando brasileiro da Força-Tarefa Marítima da Força Interina da ONU no Líbano (UNIFIL). No CSNU, o Brasil apoiou o Governo libanês em seus esforços rumo à estabilização; salientou a importância de monitorar a fronteira israelo-libanesa; alertou para as consequências negativas do vácuo presidencial instalado em 2014 em Beirute; e enfatizou o imperativo de dissociar a situação libanesa do conflito sírio, além de tratar adequadamente o vasto contingente de refugiados sírios no Líbano. O Brasil se fez presente, com pessoal diplomático e militar, nas reuniões dos contribuintes de tropas para a UNIFIL.

73. A Delegação acompanhou a situação no Iraque, sobretudo no contexto da crise iniciada, em 2014, pela ocupação de parte do território iraquiano pelo ISIL. Reagiu aos relatórios e participou de debates sobre o tema, bem como das negociações em torno da Missão das Nações Unidas de Assistência ao Iraque (UNAMI). Manteve a Secretaria de Estado informada sobre desdobramentos especialmente preocupantes, como o risco de colapso da usina hidrelétrica de Mosul. Em seus discursos no CSNU, o Brasil condenou os atentados terroristas e graves abusos dos direitos humanos cometidos no Iraque, e sublinhou a necessidade de reconciliação nacional. Recordou, ainda, que a contínua instabilidade iraquiana demonstra os riscos de estratégias calcadas no uso da força e sem autorização do CSNU.

74. O Brasil continuou a seguir de perto o quadro político, humanitário e de segurança no Afeganistão. O último triênio registrou importantes transições no país asiático, como o fim da missão ocidental de combate (Força Internacional de Assistência para a Segurança da OTAN), o início de nova operação militar de apoio e treinamento (Missão Apoio Firme da OTAN) e eleições presidenciais que conduziram a governo de unidade nacional. A Delegação participou das tratativas para a resolução anual da AGNU sobre a situação afegã. Acompanhou, ademais, os debates a respeito da Missão das Nações Unidas de Assistência ao Afeganistão (UNAMA); do processo inacabado de reconciliação entre Cabul e o Talibã; das correntes de refugiados e migrantes estimuladas pelo conflito; dos fluxos internacionais de narcóticos de origem afegã; da necessidade de coordenação internacional para enfrentar o terrorismo no país; e da aplicação do regime de sanções do CSNU contra o Talibã.

75. No tocante à Líbia, cuja crônica instabilidade remete à intervenção militar de 2011, o Brasil seguiu os debates no CSNU sobre os bons ofícios prestados pela Missão Especial das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL); a implementação dos regimes de sanções aplicáveis ao país, sobretudo o embargo de armas; os mandatos do TPI para investigar graves crimes cometidos na Líbia; e os esforços internacionais para contrarrestar o tráfico de pessoas no litoral líbio. Ao discursar no Conselho de Segurança, o Brasil acolheu o Acordo Político Líbio de 2015 e a subsequente formação de Governo de Acordo Nacional para reconsolidar a autoridade estatal no país.

76. Minha gestão coincidiu com a deterioração do panorama político, humanitário e de segurança do Iêmen, após sublevação do movimento houthi e do ex-Presidente Ali Abdullah Saleh contra o governo iemenita, fato que suscitou intervenção militar do Conselho da Cooperação do Golfo em 2015. Dentre os aspectos mais atentamente acompanhados nesse contexto, figuram os relatórios e debates sobre tais eventos, os bons ofícios prestados pelo SGNU para o Iêmen e a imposição de sanções militares, financeiras e de viagens aos indivíduos e entidades que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade do Iêmen. Registro a participação do Brasil no Grupo de Amigos do Iêmen e a ênfase atribuída, no CSNU, a necessidade de cessar as hostilidades e assegurar o respeito ao direito humanitário e aos direitos humanos no Iêmen, no marco dos esforços para a solução política da crise.

77. O Brasil também monitorou as discussões acerca da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), e apoiou as resoluções da AGNU sobre a necessidade de solução política que assegure o direito à autodeterminação do povo do Saara Ocidental. Dedicou especial atenção ao tema em 2016, após crise diplomática entre Rabat e o SGNU agravada pela decisão marroquina de expulsar a maioria do contingente

civil da MINURSO. Houve esforço para minimizar o impacto de tal gesto sobre a MINURSO, que conta com 10 observadores militares brasileiros.

PAZ E SEGURANÇA - ÁFRICA

78. O Brasil participou, ao longo de minha gestão, de oito debates abertos do CSNU sobre desafios enfrentados pela África, como a epidemia de Ebola; a cooperação entre ONU e União Africana; conflitos e ameaças terroristas no Oriente Médio e no Norte da África; prevenção e resolução de conflitos na Região dos Grandes Lagos; o papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos na África; a pirataria e os roubos armados no Golfo da Guiné; e a consolidação da paz na África. Tais debates permitiram à Delegação expressar posições atualizadas sobre uma região de relevância estratégica para o Brasil.

79. No CSNU, o Brasil defendeu o protagonismo dos países africanos na solução dos problemas do continente; o respeito à soberania e aos processos institucionais dos Estados africanos; a crítica ao uso indiscriminado da força por potências externas; o imperativo de enfrentar o tráfico ilegal de recursos naturais, vinculado ao financiamento de conflitos; o reforço à cooperação da ONU com a União Africana e as organizações sub-regionais africanas; o empoderamento e a liderança de mulheres em processos de paz e segurança; a prevenção da violência contra mulheres em conflitos; o tratamento da epidemia de Ebola como emergência médica e desafio econômico e social; as atividades da CCP em prol da paz sustentável na África; a necessidade de enfatizar a prevenção de conflitos; e, no Golfo da Guiné, a harmonização de atividades de segurança com a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

80. País africano de especial importância para a diplomacia multilateral brasileira é Guiné-Bissau, que restaurou sua ordem constitucional e promoveu eleições democráticas em 2014, embora novas incertezas políticas tenham emergido desde 2015, em função de tensões entre lideranças políticas locais. À frente da Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz, o Brasil mobiliza a comunidade internacional para auxiliar a estabilização do país, por meio do diálogo político inclusivo. A questão é também acompanhada pela CPLP, cuja Presidência o Brasil deverá assumir em novembro.

PAZ E SEGURANÇA - EUROPA

81. A principal crise europeia nos últimos anos envolveu a Ucrânia, cuja instabilidade doméstica, a partir de 2014, exacerbou tensões entre a Federação da Rússia e os membros permanentes ocidentais do Conselho de Segurança. A Delegação

participou de debates sobre o quadro político e humanitário no país, particularmente a mudança de regime em Kiev, o referendo pela autodeterminação da Crimeia e a eclosão de conflito interno nas regiões de Donetsk e Luhansk. Ao manifestar sua preocupação com tais eventos, o Brasil rejeitou a adoção de enfoque militar para o conflito e apoiou os esforços para a reconciliação e o diálogo político inclusivo, sobretudo o Pacote de Medidas para a Implementação dos Acordos de Minsk (ou Minsk II), endossado em 2015 pelo CSNU.

DESARMAMENTO

82. As negociações e os debates multilaterais sobre desarmamento, em Nova York, durante os últimos três anos, foram marcadas por avanços na área de armamentos convencionais, com a entrada em vigor do Tratado sobre o Comércio de Armas (ATT); pela crescente frustração dos Estados não-nuclearmente armados com os limitados avanços efetivos no desarmamento nuclear; e por críticas crescentes à maquinaria do desarmamento da ONU - que levaram a iniciativas independentes para avançar o tema.

83. Entre os principais eventos ligados ao desarmamento, sobressaiu a IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 2015. A reunião não adotou Documento Final, diante do bloqueio do consenso necessário por EUA e Canadá, desconfortáveis com referência à importância da realização de Conferência para o Estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares e outras Armas de Destruição em Massa no Oriente Médio. Esse malogro, combinado com a crescente adesão a recentes iniciativas relacionadas ao impacto humanitário das armas nucleares, gerou consequências tangíveis na I Comissão da 70a AGNU, que adotou novas iniciativas sobre desarmamento nuclear.

84. Adotado pela AGNU em 2013, o ATT entrou em vigor em 24 de dezembro de 2014. A Delegação atuou para que Estados signatários que ainda não o ratificaram - caso do Brasil - também tivessem direito a voto nas decisões da Conferência. O ATT complementa os instrumentos voluntários sobre armas convencionais negociados nas Nações Unidas, que incluem o Registro de Armas Convencionais, o Instrumento Padrão para Reportar Gastos Militares e o Programa de Ação sobre armas pequenas e armamento leve (UNPoA). Durante minha gestão, o UNPoA foi objeto de duas Reuniões Bienais de Estados (2014 e 2016) e uma reunião de peritos governamentais (2015).

85. A Comissão do Desarmamento (UNDC) não logrou aprovar recomendações no ciclo trienal encerrado em 2014. A estagnação das instituições tradicionais de desarmamento e não-proliferação contribuiu para ações originais, como novo Grupo de Trabalho Aberto sobre uma Quarta Sessão Especial da

AGNU voltada ao desarmamento (SSOD-IV) - bandeira antiga do Movimento dos Não-Alinhados e do Brasil. O cenário também permitiu iniciativas de desarmamento nuclear em outros foros, como as conferências sobre o impacto humanitário das armas nucleares de Oslo, Nayarit e Viena; e novo Grupo de Trabalho Aberto da AGNU para negociações multilaterais de desarmamento nuclear.

86. Ao longo de minha gestão, o Brasil defendeu o início imediato de negociações, na ONU, de instrumento juridicamente vinculante de proibição das armas nucleares - seja uma convenção abrangente ou um tratado de banimento. Também teve ênfase o tema da informação e das telecomunicações no contexto da segurança internacional, com a convocação do quarto Grupo de Peritos Governamentais (GGE), presidido por perito brasileiro, entre 2014 e 2015. O GGE reafirmou o papel central da ONU no assunto e adotou conclusões de interesse do Brasil sobre aplicação do direito internacional e a proteção do direito à privacidade.

TERRORISMO E EXTREMISMO VIOLENTO

87. O terrorismo alterou significativamente seu 'modus operandi' e se firmou como uma das principais ameaças à paz e à segurança internacionais. O surgimento do "Estado Islâmico do Iraque e Levante" (ISIL, ISIS ou Daesh) ilustra as tendências mais recentes do fenômeno, como o controle de extensos territórios, o recrutamento de combatentes estrangeiros, o aumento das fontes de financiamento, o uso sofisticado das redes sociais e o recurso aos chamados 'lobos solitários'.

88. Durante minha gestão frente à Delegação, o Brasil participou de todos os debates abertos no CSNU sobre terrorismo e acompanhou a adoção de importantes documentos na matéria, como a Resolução 2178 (2014), sobre o enfrentamento aos 'combatentes terroristas estrangeiros'; a Resolução 2249 (2015), facilitando politicamente o recurso à autodefesa; e a Resolução 2253 (2015), que incluiu os indivíduos e entidades associados ao ISIL no regime de sanções antes associado à Al-Qaeda. Não obstante esforços envolvendo o Brasil, sob a coordenação do Sri Lanka, persistiu impasse sobre a necessidade de convocação de conferência para a negociação de Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional que definiria o fenômeno.

89. Na AGNU, o Brasil influenciou sobre as recentes revisões bienais da Estratégia Global da ONU de Contraterrorismo (2014 e 2016). A atuação brasileira permitiu a inclusão, na Estratégia, de temas como o direito à privacidade na era digital e a aplicação do direito humanitário no contexto de ataques com veículos aéreos não-tripulados ('drones'), ademais do reforço à consideração das causas subjacentes do

terrorismo e do reconhecimento do impacto contraproducente que certas respostas à atual crise de refugiados podem ter em relação ao fenômeno.

90. A Delegação tem contribuído para evitar que o conceito juridicamente indefinido de extremismo violento seja tratado como sinônimo de terrorismo, tendo em vista a existência de manifestações de extremismo violento não associadas a atos terroristas. Graças à atuação do Brasil, relatório do Secretariado sobre o tema apresentou essa definição de forma clara.

91. O Brasil defende abordagem abrangente e inclusiva para a questão do terrorismo, que contribua para superar a marginalização e a exclusão social, econômica, política, religiosa e cultural. A Delegação tem ressaltado que o conflito prolongado entre israelenses e palestinos é um fator que não pode ser ignorado na análise da raiz do sentimento de injustiça que é manipulado por falaciosas narrativas de opressão dos grupos terroristas.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI)

92. A governança política do sistema do Estatuto de Roma do TPI é realizada por meio da Assembleia de Estados-Partes (AEP), que se reúne anualmente na Haia ou em Nova York. O Brasil demonstra seu renovado engajamento em assuntos relacionados ao TPI, do que é exemplo a coordenação brasileira do Grupo de Amigos do TPI em Nova York (desde 2015). Nos últimos anos, consolidou-se a prática de emissão anual de declaração da UNASUL por ocasião do Dia da Justiça Penal Internacional (17/7).

OCEANOS E DIREITO DO MAR

93. No que tange aos debates sobre oceanos e direito do mar, sobressai a apresentação, pelo Brasil, da submissão parcial revista da plataforma continental brasileira à Comissão de Limites da Plataforma Continental. Sob minha gestão, iniciaram-se as atividades do Comitê Preparatório para o futuro instrumento jurídico internacional sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além das jurisdições nacionais (PrepCom BBNJ). Trata-se de processo negociador que almeja preencher lacuna normativa existente na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). O Brasil contribui para tal dinâmica e coordena o Grupo de Trabalho sobre Recursos Marinhos Genéticos da PrepCom BBNJ.

VI COMISSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

94. Na VI Comissão da AGNU, atinente a temas jurídicos, a Delegação incluiu referências à inviolabilidade das comunicações diplomáticas e consulares na resolução bienal da

AGNU acerca da proteção de representações diplomáticas e consulares. O Brasil difundiu o conceito de acesso à Justiça, seja na VI Comissão, na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ou em outros foros negociadores e acadêmicos. Foi aprofundada a prática de pronunciamentos coletivos da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) na grande maioria dos temas alocados à VI Comissão.

RESPONSABILIDADE DE PROTEGER E RESPONSABILIDADE AO PROTEGER

95. O início do século XXI evidenciou que o recurso à força pode agravar a vulnerabilidade da população civil em cuja defesa a intervenção militar é supostamente feita. Exemplo gráfico dessa problemática é fornecido pela Líbia, onde o cenário de instabilidade e de violência atual não pode ser dissociado da operação militar alegadamente executada para implementar a Resolução 1973 (2011) do CSNU, em nome da "responsabilidade de proteger" (R2P). A Delegação vem disseminando o conceito de "responsabilidade ao proteger" (RwP), inicialmente formulado pelo Brasil em nota conceitual de 2011, e que ganhou renovado interesse diplomático e acadêmico durante minha gestão em Nova York. Demonstração desse interesse foi o convite para que o Brasil participe do grupo que elabora proposta de resolução da AGNU sobre a "responsabilidade de proteger", ora em negociação. Recebi vários mestrandos e doutorandos em Relações Internacionais interessados no tema ao longo dos três últimos anos. A Universidade de Columbia organizou seminário em 2015 sobre o assunto, em parceria com a Missão do Brasil, sob a orientação do professor Michael Doyle.

REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA

96. A reforma do Conselho de Segurança segue sendo uma das principais pendências na agenda da ONU. O Brasil mantém seu compromisso com o processo, por meio de coordenação com o G-4, também constituído por Alemanha, Índia e Japão, e o Grupo L69 de mais de 40 países em desenvolvimento favoráveis a reforma do CSNU com ênfase na ampliação das duas categorias de membros. Nos últimos anos, o principal avanço foi representado pela Decisão 69/560 do Presidente da 69ª AGNU, em 2015, que incluiu, como anexo, a compilação das posições de 120 países sobre a reforma do CSNU. Trata-se de possível base para o início de negociações concretas. Sobressai, ainda, a realização de Reunião de Cúpula dos países do G-4 - a primeira em uma década - em setembro de 2015, quando os Chefes de Estado e Governo de Brasil, Alemanha, Índia e Japão reafirmaram o objetivo comum de buscar reforma do CSNU que torne o órgão mais legítimo, eficaz, democrático e representativo da nova configuração geopolítica global. A coordenação estratégica do G-4 teve seguimento por meio de reuniões de alto nível nas capitais dos países do

agrupamento, das quais participei: Tóquio (2014), Berlim (2015), Brasília (2016) e Nova Delhi (2016). Participei, ainda, de dois seminários sobre o tema, na Turquia (2014) e na Itália (2015).

97. Em 2015, ano que marcou o 70º aniversário da ONU, foram organizados inúmeros eventos com vistas a fazer balanço sobre as atividades das Nações Unidas e a refletir sobre a necessidade de ajustá-la aos desafios do século XXI. Participei, nesse contexto, de dois retiros sobre o tema, a convite da UN Foundation e da Brookings Institution, além de seminário em Liechtenstein organizado pelo grupo "The Elders", formado por ex-Chefes de Governo e Estado e outras lideranças globais.

SUCESSÃO DO SECRETÁRIO-GERAL

98. O processo de seleção do próximo Secretário-Geral da ONU, conduzido ao longo de 2016, tem sido mais aberto e democrático do que experiências anteriores. Pela primeira vez em 70 anos, foram organizados diálogos informais ("sabatinas") envolvendo os candidatos, os Estados membros da ONU e a sociedade civil. Até julho de 2016, 12 candidaturas foram apresentadas, inclusive seis mulheres, destacando-se os nomes de António Guterres (ex-Primeiro Ministro de Portugal e ex-Alto Comissário da ONU para Refugiados) e Susana Malcorra (Chanceler da Argentina e ex-Chefe de Gabinete do SGNU). Guterres foi o pleiteante mais apoiado na primeira votação informal do CSNU, em 21/7, mas o processo deve prosseguir até setembro ou outubro. A Delegação participou de todos os eventos relativos ao tema e apresentou questões aos candidatos, inclusive em coordenação com o Grupo Latino-Americano e Caribenho, o G-4 e o G-77/China/China. Mantive contato pessoal com todos os postulantes a SGNU e com organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas interessadas no processo.

DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS

99. Durante meu período na chefia desta Missão, o Brasil atribuiu foco diferenciado à agenda de direitos humanos e temas sociais, participando ativamente das principais discussões e propondo iniciativas inovadoras. Vale registrar que os assuntos tratados na III Comissão enfrentam dinâmica frequentemente polarizada, verificando-se, de uma parte, tentativas de politização do debate e singularização seletiva de países, e, de outra parte, o recrudescimento de posições conservadoras em certas regiões do globo.

100. A atuação brasileira nessa área foi marcada pelo comprometimento com os órgãos e com os atores do sistema das Nações Unidas para direitos humanos e sociais. Participamos, de modo engajado, em debates temáticos na AGNU e nas suas

Comissões, em diálogos interativos com relatores e enviados especiais. Sempre com vistas à defesa dos direitos humanos e da ampliação do espaço destinado às questões sociais na ONU, o Brasil foi parte de coordenações específicas para busca de soluções construtivas e para a obtenção de consensos, seja em âmbito regional, por meio do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) e da CELAC, seja em outros foros, como no G77, quando possível. Igualmente relevante foi a interlocução produtiva com países europeus, a exemplo de cooperação com a Alemanha quanto ao direito à privacidade.

101. Nessa seara, a atuação brasileira fez-se presente em temas de interesse de grupos sociais específicos, a exemplo das questões de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, do combate ao racismo e da promoção dos direitos dos afrodescendentes, dos povos indígenas, das pessoas com deficiência e dos indivíduos LGBTI. Ademais, o Brasil teve presença de grande visibilidade em temas transversais e de impacto social, como a questão dos refugiados e migrantes, o problema mundial das drogas, a questão da privacidade na era digital e a segurança e proteção dos jornalistas. O País também se fez presente em negociações que ajudam a apontar novos caminhos, como no caso da Trégua Olímpica, fortemente calcada em aspectos de direitos humanos, da promoção do voluntariado em paz e desenvolvimento e do apoio à participação ativa da sociedade civil nos debates e foros decisórios, seja como parte das delegações, seja como voz independente. Registre-se ainda a participação brasileira nas discussões que envolvem países que enfrentam desafios importantes quanto a direitos humanos, nos casos de resoluções sobre Irã, Myanmar, República Popular Democrática da Coreia e Síria.

PRÊMIO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS 2016

102. Criado em 1981, o prêmio é concedido anualmente pela ONU a indivíduo ou a instituição por destacados serviços à agenda de população e desenvolvimento. Pela primeira vez em 33 anos, nacional brasileira foi agraciada: a professora da USP Carmem Barroso, uma das fundadoras do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero. Barroso foi Diretora de Saúde Sexual e Reprodutiva da fundação MacArthur e é integrante do Grupo Independente de Especialistas da Estratégia Global da ONU de Saúde da Mulher e da Criança, lançado pelo SGNU em fevereiro de 2016. Foi premiada, em cerimônia realizada em Nova York em 23 de junho de 2016, em reconhecimento a seu trabalho de promoção dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e no mundo.

IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER

103. A Missão manteve elevado perfil de engajamento com a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher na

ONU, culminando com a presidência da Comissão da Situação da Mulher (CSW) em sua 60ª sessão (14 a 24/3/2016). Pela primeira vez, a Comissão contou com segmento ministerial, com participação recorde de mais de 80 ministros.

104. A Comissão também atraiu mais de 4 mil representantes de organizações não-governamentais (representando 540 ONGs) e sediou mais de 200 eventos paralelos na Sede da ONU. Ao longo da sessão, o Brasil copatrocinou, entre outros, os seguintes eventos: "Promovendo o empoderamento das mulheres e igualdade de gênero no marco da Agenda 2030: O papel das parcerias inovadoras entre Governos e agências das Nações Unidas", organizado em parceria com o Reino Unido, ONU-Mulheres e UNFPA, "Agenda 2030: contribuição do esporte no alcance da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres", organizado com o Comitê Olímpico Internacional e a ONU-Mulheres.

105. As conclusões adotadas pela 60ª Sessão da CSW foram saudadas por Estados-membros, pela ONU-Mulheres e por representantes da sociedade civil, por confirmar a relação central entre a implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. O documento inclui chamado para que os Estados-membros fortaleçam e implementem legislações e instituições, melhorem a coleta e análise de dados e aumentem o financiamento para a igualdade de gênero e empoderamento da mulher. Cumpre destacar as referências substantivas ao papel da sociedade civil, inclusive menções a grupos feministas e defensoras de direitos humanos. O texto também inclui menções específicas ao papel das mulheres em processos de paz, inclusive mediação e consolidação da paz, a mulheres indígenas, mulheres rurais, mulheres com deficiência, além de incluir referências ao papel da juventude e ao engajamento de homens e meninos.

106. Nesse contexto, registro a adesão do Brasil à campanha "He for She" (Eles por Elas) e minha participação em eventos paralelos destinados a sublinhar o papel dos homens e meninos na promoção da igualdade de gênero.

107. Particularmente relevante foi o reconhecimento no documento final da 60ª CSW de que a igualdade de direitos econômicos e a independência e empoderamento econômico das mulheres são essenciais para o cumprimento da Agenda 2030. O documento também enfatiza a "persistência da feminização da pobreza" e o papel das políticas de proteção social.

108. A CSW também adotou resolução sobre o programa plurianual, determinando que o tema principal da 61ª sessão (2018) será "O empoderamento econômico das mulheres no mundo em transformação do trabalho". A resolução reconhece a

intenção da Comissão de ter o tema "empoderamento das mulheres indígenas" como tema emergente da CSW em 2018.

RACISMO E AFRODESCENDENTES

109. Em dezembro de 2013, foi adotada a resolução da AGNU que proclamou a "Década Internacional das Pessoas Afrodescendentes" - 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2024. O Brasil desempenhou papel de liderança juntamente com os Estados Membros da CARICOM e com a África do Sul na promoção da iniciativa, participando em nível ministerial da cerimônia de lançamento e organizando dois eventos a respeito do assunto. Em setembro de 2015, paralelamente à abertura da 70ª sessão da AGNU, o Brasil promoveu evento sobre a autorrepresentação como estratégia de combate ao racismo. Em março de 2016, o Brasil organizou debate a respeito dos desafios de mulheres negras na busca por igualdade. Os dois eventos tiveram o copatrocinio da Missão dos EUA e a participação do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos. Registro igualmente o apoio brasileiro ao memorial "Arco do Retorno", que homenageia as Vítimas da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Escravos, inaugurado em 2015 na entrada norte da AGNU. Além dessas iniciativas, o Brasil tem apoiado a resolução anual sobre "Eliminação do Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata", tradicionalmente tabulada pelo G-77/China/China.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

110. Durante minha gestão, a conclusão da Segunda Década das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas (2005-2014) deu ensejo à realização da primeira Conferência Mundial sobre Povos Indígenas (CMPI). O Brasil ingressou no Grupo de Amigos dos Povos Indígenas na ONU (que reúne México, Argentina, Nicarágua, Bolívia, Equador, El Salvador, Peru, Congo, Espanha, Noruega, Finlândia, Dinamarca, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos). Temos dado apoio à resolução anual a respeito dos "Direitos dos Povos Indígenas", debatida no âmbito da III Comissão.

111. Na 70ª AGNU, foi aprovada resolução que concedeu mandato ao Presidente da Assembleia Geral para aumentar a participação de representantes dos povos indígenas em debates na ONU, mediante consultas aos Estados Membros e aos indígenas. Nas consultas realizadas em 2016, o Brasil defendeu a criação de categoria de credenciamento específica para povos indígenas, de maneira a permitir participação a título próprio e não como representante de ONGs. Insistiu na necessidade de garantir que haja tempo suficiente para que cada Estado Membro realize consultas internas antes que seja estabelecido novo regime de participação.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

112. O Brasil participa ativamente da Conferência das Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), realizada anualmente em Nova York. No período 2014-2016, o Brasil ocupou a Vice-Presidência do bureau da CRPD em representação do GRULAC. Além de participação destacada nas atividades da COP, envidei esforços para a inclusão do tema dos direitos das pessoas com deficiência de maneira transversal nas diversas negociações nas quais o Brasil esteve envolvido em matérias de temas sociais. Ilustram essa perspectiva o apoio brasileiro à inclusão do tema na Agenda 2030, nos debates da 60ª CSW e no documento final da Conferência Mundial sobre Povos Indígenas.

PESSOAS LGBTI

113. O Brasil manteve seu compromisso com a defesa e promoção dos direitos humanos das pessoas LGBTI na ONU. Em 2014 e 2015 esta Missão organizou, em parceria com Argentina, Colômbia, Chile, El Salvador, Uruguai e o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (EACDH), eventos de alto nível para promover o tema nas Nações Unidas. Em 2015, o evento "Proteção dos Direitos das Pessoas LGBTI na América Latina: uma década de progresso", contou com a participação da cantora Daniela Mercury e de Malu Verçosa Mercury, que contribuiu para a campanha "Free&Equal" do EACDH.

REFUGIADOS E MIGRANTES

114. O tema de refugiados e migrantes tem ocupado espaço crescente na agenda da ONU em 2016, em preparação à Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral sobre Grandes Movimentos de Refugiados e Migrantes, que ocorrerá em 19 de setembro próximo. O processo negociador da declaração política que será adotada na ocasião tem sido marcado pelo engajamento do Brasil, em coordenação com países da América Latina, em prol da defesa e promoção dos direitos de refugiados e migrantes, independente de situação migratória. Entre outras medidas promovidas pelo Brasil estão o fortalecimento da governança internacional na área de migrações e a centralidade do princípio de "non-refoulement" e de medidas para combater a xenofobia, intolerância e discriminação contra refugiadas e migrantes.

115. Tendo em conta as políticas inovadoras do Brasil nessa área, dei visibilidade às ações adotadas no plano doméstico para promover o deslocamento seguro e a integração local dos grandes fluxos de refugiados sírios e de migrantes haitianos recebidos pelo País nos últimos anos.

PROBLEMA MUNDIAL DAS DROGAS - UNGASS

116. Realizou-se em Nova York, no último mês de abril, a terceira sessão especial da Assembleia Geral da ONU sobre o Problema Mundial das Drogas (UNGASS). A tônica dos debates contribuiu para difundir uma visão abrangente sobre o tema, para além da perspectiva repressiva, na adoção de enfoque centrado no dependente do uso de drogas.

117. Apesar de a Delegação haver expressado desapontamento com a não inclusão do tema da pena de morte no documento final da UNGASS, o texto adotou recomendações alinhadas com posições do Brasil, como a implementação de políticas públicas fundamentadas em evidência científica, a partir de abordagem equilibrada, multidisciplinar e integrada, tendo o respeito aos direitos humanos e a ênfase às questões de saúde pública como ponto de referência.

DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL

118. Iniciativa de especial visibilidade durante os trabalhos da III Comissão da Assembleia Geral foi a adoção, em 2013, de resolução inédita sobre "O direito à privacidade na era digital", apresentada por Brasil e Alemanha. O texto foi aprovado por consenso e com copatrocinio de 55 membros, oriundos de todas as regiões e de diferentes níveis de desenvolvimento. A iniciativa também angariou apoio da sociedade civil, ao tratar de temas como coleta de informações e monitoramento em massa, no contexto da proteção de direitos civis e político.

119. Em 2014, durante a 69a AGNU, aumentou de 55 para 65 o número de copatrocinios da resolução, mais uma vez adotada por consenso. Deu-se continuidade ao debate sobre aspectos específicos, como a extraterritorialidade, em complementação a atividades desenvolvidas no âmbito ou à margem das sessões do Conselho de Direitos Humanos.

120. Desdobramento relevante durante a 70ª AGNU foi a "transversalização" do tema: apesar de não ter sido tabulado projeto de resolução específico, referências ao direito à privacidade foram incluídas em outros projetos de resolução que trataram da proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais no combate ao terrorismo, por exemplo. Para a 71ª AGNU, e na esteira da apresentação do primeiro relatório do Relator Especial sobre Direito à Privacidade Joseph Cannataci, Brasil e Alemanha anunciaram a intenção de apresentar novo projeto de resolução sobre o direito à privacidade na era digital, com elementos recolhidos a partir do relatório e da consideração do tema em Genebra.

SEGURANÇA DE JORNALISTAS

121. A voz do Brasil também se fez presente nas discussões sobre a segurança de jornalistas, especialmente em cenários

de conflito. Fazemos parte do "grupo de amigos da proteção aos jornalistas", recentemente criado por iniciativa das Missões da França, Grécia e Lituânia, e copatrocinamos a Resolução "A segurança de jornalistas e a questão da impunidade", aprovada por consenso na 70ª AGNU. A resolução proclama o dia 10. de novembro como "Dia Internacional de Combate à Impunidade de Crimes Cometidos Contra Jornalistas", defende o direito à vida, à integridade pessoal e à liberdade de expressão de jornalistas e encoraja esforços para a prevenção da violência contra esses profissionais e a investigação de crimes contra eles cometidos, além de reforçar o "Plano de Ação das Nações Unidas sobre Violência contra Jornalistas", endossado em abril de 2012.

TRÉGUA OLÍMPICA

122. O Brasil conduziu as negociações de resolução da AGNU que determinou trégua olímpica durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro. O documento foi adotado em outubro de 2015, com o copatrocinio de 180 países, e teve como principal característica o enfoque na questão dos direitos humanos como fundamento para a trégua. O Brasil participou de diversos eventos paralelos a respeito dos Jogos Olímpicos e das reuniões do Grupo de Amigos sobre o Esporte para a Paz e Desenvolvimento. O SGNU e o Presidente da Assembleia Geral reforçaram o apelo à trégua olímpica, que teve início em 29 de julho de 2016.

VOLUNTARIADO

123. Na 70ª AGNU, a resolução "Integração do voluntariado na paz e no desenvolvimento: o Plano de Ação para a próxima década e além", facilitada por Brasil e Japão, foi adotada por consenso, com o co-patrocinio de 100 países.

SOCIEDADE CIVIL

124. Nos últimos três anos, foi possível observar resistências crescentes à participação da sociedade civil nos debates em diferentes instâncias decisórias da ONU. O Comitê de ONGs do ECOSOC tem adotado postura restritiva, especialmente no tratamento de ONGs dedicadas à saúde sexual e reprodutiva. Nesse período, promovi a inclusividade, mantendo contato informal frequente com representantes da sociedade civil nacional e internacional em Nova York.

RESOLUÇÕES SOBRE PAÍSES

125. Da 68ª à 70ª AGNU, foram aprovadas na III Comissão da AGNU resoluções sobre a situação de direitos humanos nos seguintes países: Síria, Irã, Myanmar e República Popular Democrática da Coreia. Nas ocasiões em que as resoluções foram submetidas a voto, o Brasil se posicionou

favoravelmente às propostas, à exceção do caso do Irã, em que nos abstinemos nas três votações realizadas, tendo em vista a postura pouco flexível dos propositores do projeto, em relação a mudanças no texto apresentado. A respeito desse último caso, o Brasil, em suas explicações de voto, ressaltou acreditar que os textos circulados não logravam refletir adequadamente os esforços do governo iraniano em prol da melhoria da situação de direitos humanos do seu povo, não deixando de registrar, contudo, preocupação com os sérios desafios vivenciados pelo Irã, como nos casos da aplicação da pena de morte, da situação da mulher, da liberdade de expressão e de associação pacífica e da proteção de minorias religiosas, inclusive da comunidade Bahai.

126. Não obstante, o Brasil permaneceu engajado no processo negociador das referidas resoluções, buscando conferir equilíbrio aos projetos apresentados. Ressalto que, ao longo do período, foi possível verificar que as delegações e grupos facilitadores de resoluções sobre países adotaram progressivamente postura mais cooperativa, com a antecipação dos documentos, coleta de impressões sobre os projetos e, em alguns casos, como o da Síria, incorporação de propostas de emendas brasileiras.

CANDIDATURAS BRASILEIRAS NOS ÓRGÃOS DO SISTEMA ONU

127. Nos últimos três anos, o Brasil apresentou candidaturas a diversos órgãos do sistema da ONU, e obteve êxito na maioria delas.

128. No referido período, fomos eleitos para um mandato do Conselho de Econômico e Social (ECOSOC) (2015-2017), em certame realizado no âmbito da 69ª AGNU, em outubro de 2014. Dentre as vagas reservadas ao GRULAC, o Brasil foi eleito com a maior votação, juntamente com Trinidad e Tobago, tendo ambos recebido 183 votos de 187 possíveis.

129. O Brasil também garantiu presença em diversos órgãos subsidiários do ECOSOC: Comitê de Programa e Coordenação (CPC), mandato 2015-2017; Conselho de Coordenação do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), mandato 2015-2017; Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), mandato 2016-2020 (61a. à 64a. sessões); Junta de Coordenação do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), mandato 2016-2019; a Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Penal (CCPCJ), mandato 2016-2018; Junta Executiva da ONU-Mulheres, mandato 2017-2019; Comissão de População e Desenvolvimento (CPD), mandato 2017-2021 (51a. a 54a. Sessões); Comissão de Desenvolvimento Social (CDSoc), mandato 2017-2021 (56a. a 59a. Sessões); Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD), mandato 2017- 2020; e Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos em Normas Internacionais de Contabilidade e Divulgação da Informação

(ISAR), mandato 2016-2018 (neste último, o Brasil é, atualmente, o único país do GRULAC a compor o órgão).

130. Registro também a eleição do Brasil para a Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (UNCITRAL), mandato 2016-2022, bem como a consolidação das atividades do país no Comitê Organizacional da Comissão de Consolidação da Paz (CO-CCP), órgão em que exerceu mandato ininterrupto, tendo dividido a vaga com El Salvador no ano de 2009.

131. Nos pleitos envolvendo peritos, os candidatos brasileiros contaram sempre com todo o apoio deste Posto. Em pleitos competitivos e com votação obrigatória, foi possível obter votações expressivas. Nessa área, merecem destaque as eleições do Dr. Renato Zerbini Leão ao Conselho de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC), mandato 2015-2018; da juíza Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt ao cargo de Juíza do Tribunal de Apelações das Nações Unidas (UNAT), mandato 2016-2023; e do professor Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros, eleito em 2015 para completar, até setembro de 2017, o mandato do professor Marota Rangel no Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar (TIDM).

132. Observo que o Brasil manteve importante presença no âmbito da V Comissão, ao eleger representantes para seus principais órgãos subsidiários: o Embaixador Henrique Sardinha Pinto ao Comitê de Contribuições (CoC), mandato 2015-2017, e o Conselheiro Fernando de Oliveira Sena ao Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), mandato 2015-2017.

133. Recordo, igualmente, minhas participações na Presidência da 60ª sessão da CSW e na Presidência da CO-CCP, durante sua sessão anual de 2014, e na Vice-presidência, durante sessão de 2015.

134. O Brasil participou ainda de mesas diretoras de importantes processos de negociação no âmbito das Nações Unidas, dentre as quais destaco a Mesa Diretora da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento ao Desenvolvimento (FfD) (Adis Abeba, 13-16/07/2015). Sete países disputaram as cinco vagas reservadas ao GRULAC. Após reuniões de coordenação, Brasil foi endossado para compor uma das vagas;

135. Igualmente, o Brasil fez-se representar no Conselho do Fundo Verde para o Clima (GCF), mandato 2016-2018. Em 2015, onze países apresentaram-se para a disputa de três vagas reservadas ao GRULAC. Foi estabelecido um acordo de compartilhamento de assentos. Desse modo, o Brasil compartilha o assento com a Costa Rica, Uruguai e Belize.

136. Apesar dos esforços do Posto e das credenciais profissionais e acadêmicas dos candidatos, não obtivemos êxito nas eleições aos seguintes órgãos: Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE), mandato 2017-2022; Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), mandato 2017-2020; Comitê sobre os Direitos da Criança (CRC), mandato 2017-2022; e Tribunal Penal Internacional (TPI), mandato 2015-2024.

137. As eleições para a JIFE, CEDAW e CRC foram marcadas por um alto grau de competitividade, com vários candidatos concorrendo entre si, em cenário de ausência de distribuição geográfica para as vagas disponíveis. Essa conjugação de fatores pode ter limitado a capacidade de diversos países de apoiarem as candidaturas brasileiras, em virtude de compromissos já assumidos com outros Estados Membros, especialmente os do GRULAC.

138. Quanto ao pleito brasileiro ao cargo de juiz do Tribunal Penal Internacional (TPI), mandato 2015-2024, nas eleições realizadas durante XIII Assembleia dos Estados Partes do Estatuto de Roma em dezembro de 2014, foi possível perceber que o complexo sistema de alocação de votos, com reservas de vagas por região, categoria de juiz (Direitos Humanos ou Direito Penal) e gênero, bem como as sucessivas rodadas de votação, podem ter levado as delegações a reavaliarem seus votos nas rodadas finais, rompendo com os compromissos assumidos para as primeiras etapas da votação.

PRÓXIMAS ELEIÇÕES COM CANDIDATURAS DO BRASIL

139. Relaciono, a seguir, os órgãos para os quais o Brasil lançou candidaturas com eleições agendadas a partir do segundo semestre de 2016. Até o momento, há quadro de disputa em quatro pleitos (CDH, CDI, ACABQ e ITLOS):

- Candidatura do Embaixador Gilberto Vergne Saboia à reeleição para a Comissão de Direito Internacional (CDI), mandato 2017-2021 (eleições em novembro de 2016). Por ora, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Haiti, México, Nicarágua, Peru e Venezuela disputam as sete vagas reservadas ao GRULAC. O mandato atual do perito brasileiro encerra-se em 2016;

- Comitê Organizacional da Comissão de Consolidação da Paz (CO-CCP), mandato 2017-2018 (eleições em dezembro de 2016). Por ora, Brasil e Colômbia apresentaram candidaturas para as duas vagas reservadas ao GRULAC, na categoria Assembleia Geral;

- Comitê de Programa e Coordenação (CPC), mandato 2018-2020 (eleições em abril/maio de 2017). Por ora, apenas Brasil

apresentou candidatura para as quatro vagas reservadas ao GRULAC;

- Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), mandato 2018-2020 (eleições em novembro de 2017). Por ora, Brasil e Paraguai apresentaram candidatos para a única vaga reservada ao GRULAC. O mandato atual do perito brasileiro, Conselheiro Fernando Sena, encerra-se em dezembro de 2017;

- Candidatura do Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto à reeleição no Comitê de Contribuições (CoC), mandato 2018-2020 (eleições em outubro/novembro de 2017). Por ora, apenas Brasil apresentou candidato para a única vaga reservada ao GRULAC. O mandato atual do perito brasileiro encerra-se em dezembro de 2017;

- Candidatura do Professor Antonio Augusto Cançado Trindade à reeleição ao cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ), mandato 2018-2027 (eleições em novembro de 2017). Para o referido mandato, há cinco vagas sem distribuição regional e, até o momento, apenas Brasil e Líbano apresentaram candidatos;

- Conselho Econômico e Social (ECOSOC), mandato 2019-2021 (eleições em junho de 2018). Para o referido mandato, há três vagas reservadas ao GRULAC e o Brasil apresentou sua candidatura, juntamente com Jamaica e Paraguai. O mandato atual brasileiro no órgão encerra-se em 2017.

- Conselho de Segurança (CSNU), mandato 2033-2034 (eleições em junho de 2032). Como se sabe, o GRULAC dispõe de apenas uma vaga a cada ano. Por ora, não há quadro de disputa.

- Conselho de Direitos Humanos (CDH), mandato 2017-2019 (eleições em outubro de 2016). Brasil, Cuba e Guatemala disputam as duas vagas reservadas ao GRULAC no mandato em tela;

- Junta Executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), mandato 2018-2020 (eleições em abril/maio de 2017): Brasil e Colômbia apresentaram candidaturas para as 2 (duas) vagas reservadas ao GRULAC;

- Comitê sobre Organizações Não-Governamentais (CONG), mandato 2019-2022 (eleições em abril/maio de 2018): Brasil, Cuba, Nicarágua e Venezuela apresentaram candidaturas para as quatro vagas reservadas ao GRULAC.

- Junta Executiva do PNUD/FNUAP/UNOPS, mandato 2018-2020 (eleições em abril/maio de 2017): Brasil e Antígua e Barbuda apresentaram candidaturas para as duas vagas reservadas ao GRULAC;

- Comissão de Entorpecentes (CND), mandato 2018-2021 (eleições em abril/maio 2017): Brasil, Chile, Colômbia e Cuba apresentaram candidaturas para as quatro vagas reservadas ao GRULAC. O mandato atual do Brasil no órgão encerra-se em 2017.

- Candidatura do Professor Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros à reeleição ao cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS), mandato 2017-2026 (eleições em junho de 2017). Até o momento, Brasil e Paraguai apresentaram candidatos que disputam a única vaga reservada ao GRULAC. O atual mandato do juiz brasileiro encerra-se em setembro de 2017;

- Candidatura do Almirante Jair Alberto Ribas Marques à reeleição na Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), mandato 2017-2022 (eleições em junho de 2017). O Brasil realizou o lançamento informal da candidatura à reeleição do Almirante Ribas Marques em abril de 2015. A candidatura será formalmente comunicada à DOALOS assim que o período de inscrições for aberto, o que deverá ocorrer apenas no segundo semestre de 2016. No âmbito do GRULAC, por ora, apenas o Brasil formalizou candidatura para uma das quatro vagas reservadas ao grupo regional;

- Comissão de Estatística, mandato 2020-2023 (eleições em abril/maio de 2019). O atual mandato brasileiro encerra-se em 2017. Para o mandato 2020-2023, apenas o Brasil apresentou candidatura para a única vaga reservada ao GRULAC.

ELEIÇÕES PARA ASSENTOS NÃO PERMANENTES NO CONSELHO DE SEGURANÇA

140. Nas eleições para assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), biênio 2007-2008, realizadas em 2006, a única vaga reservada ao GRULAC foi objeto de forte disputa entre a Guatemala e a Venezuela, que se estendeu por mais de 40 rodadas de votação, culminando com a escolha do Panamá como candidato de consenso. Desde então, e de modo a evitar a repetição daquelas circunstâncias, consolidou-se tendência, no âmbito do GRULAC, de apresentar candidaturas com grande antecedência para minimizar a possibilidade de disputa. Desde 2008, foram realizadas várias eleições competitivas no CSNU em vários grupos regionais, à exceção do GRULAC.

141. Observa-se, assim, aumento significativo no número de candidaturas do GRULAC apresentadas com grande antecedência em relação aos mandatos almejados. Até o presente momento, 16 países apresentaram postulações ao Conselho. O último País a apresentar sua candidatura ao CSNU foi o Brasil, que pleiteia vaga para o mandato 2033-2034 (eleições em junho de 2032).

142. Como consequência do acirramento das disputas ao CSNU nos últimos anos, as campanhas dos países que pleiteiam vagas no órgão têm sido cada vez mais intensas e extensas. A disputa entre Espanha, Nova Zelândia e Turquia para duas vagas no biênio 2015-2016, por exemplo, contou com campanha neo-zelandesa iniciada em 2013 e marcada pela presença e visibilidade do país em diversos eventos culturais e paralelos realizados em Nova York. Considerada de grande êxito, a campanha resultou na eleição da Nova Zelândia ao CSNU na primeira rodada de votações. Igualmente, Cazaquistão e Tailândia, em suas recentes campanhas para mandato 2017-2018 do CSNU, promoveram inúmeros eventos paralelos e recepções em Nova York, contando, inclusive, com a presença de autoridades Governamentais e de membros da Família Real tailandesa.

ELEIÇÕES PARA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

143. No que diz respeito aos pleitos para a Presidência da Assembleia Geral (PGA), parece consolidar-se tendência de antecipação da apresentação de candidaturas ao cargo no âmbito do GRULAC, de modo semelhante ao que ocorre com a disputa para o CSNU. O Peru, por exemplo, apresentou sua candidatura ao cargo para a 88ª sessão, cujas eleições estão previstas para junho de 2032. Para as próximas quatro sessões da AGNU em que o cargo caberá a nacional da região (73ª, 78ª, 83ª e 88ª), apenas Honduras que concorre ao cargo em 2018, nomeou candidata específica (Embaixadora Mary Flores Flake, Representante Permanente junto à ONU), tamanha a distância no tempo entre o momento da apresentação das candidaturas e a ocasião das eleições propriamente ditas.

144. Recordo, ademais, que, nos últimos anos, a construção de consenso para a escolha do PGA tem sido objeto de progressiva dificuldade. Em 2012, em função da disputa entre dois candidatos do leste europeu (Lituânia e Sérvia), recorreu-se à votação efetiva pela Assembleia Geral para a eleição do candidato do sérvio, Vuk Jeremic, à Presidência da 67ª AGNU, o que não ocorria desde 1991, quando, por ausência de consenso no Grupo da Ásia-Pacífico, o Embaixador Samir S. Shihabi (Arábia Saudita) superou os candidatos de Papua Nova Guiné e do Iêmen. De maneira semelhante, para a 71ª AGNU, candidatos de Chipre (Embaixador Andreas D. Mavroyiannis) e Fiji (Embaixador Peter Thomson) disputaram o cargo, tendo o candidato fijiano sido eleito por diferença de apenas 4 votos.

DADOS ESTATÍSTICOS

145. Durante minha gestão, o Brasil proferiu mais de 70 discursos no Conselho de Segurança (CSNU). As alocações abrangeram temas variados da agenda de paz e segurança, entre

as quais as atividades da MINUSTAH no Haiti; as situações no Oriente Médio, na África Ocidental, nos Grandes Lagos Africanos e no Golfo da Guiné; e tópicos transversais, como as revisões de operações de paz, consolidação da paz e mulheres, paz e segurança. No mesmo período, o Brasil copatrocinou 376 resoluções da Assembleia Geral e de suas Comissões, seja em capacidade nacional ou por meio do G-77/China. A Delegação liderou a negociação de 17 documentos, incluindo seis apresentados ou facilitados pelo Brasil e 11 co-facilitados em parceria com outras missões e grupos regionais. Sobressaem, nesse espectro, resoluções sobre desenvolvimento sustentável, o direito à privacidade na era digital, direitos da criança, desarmamento nuclear e a trégua olímpica anunciada pela AGNU para os Jogos do Rio de Janeiro.

146. Presidi a Comissão da Consolidação da Paz (CCP) e sua Configuração Guiné-Bissau, e fui eleito para presidir a Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) no biênio 2016-2017. Diplomatas brasileiros presidiram ou co-presidiram 15 processos e grupos no âmbito das Nações Unidas, entre os quais a V e a VI Comissões da Assembleia Geral; o Grupo de Peritos Governamentais (GGE) de Informação e Telecomunicações no Contexto da Segurança Internacional; o Diálogo sobre Parcerias Humanitárias; e o Grupo de Amigos do Tribunal Penal Internacional (TPI), entre outros.

147. Desde outubro de 2013, a Delegação recebeu e apoiou 131 visitas de parlamentares brasileiros que vieram a Nova York para eventos multilaterais, como o Debate Geral da AGNU, a Comissão sobre População e Desenvolvimento (CPD), a Reunião de Alto Nível sobre HIV/AIDS, a Conferência Mundial de Presidentes de Parlamento e diversas reuniões da União Interparlamentar (UIP).

148. Minha gestão buscou valorizar, ademais, o diálogo com academia, imprensa e sociedade civil, de modo a informar a opinião pública nacional e internacional sobre as prioridades da política externa brasileira e favorecer ação diplomática inclusiva a partir da colaboração com esses atores. Desde outubro de 2013, o Brasil fez-se representar em 35 atividades dessa natureza, por meio de palestras em universidades locais e brasileiras; encontros com a sociedade civil nas 18 viagens oficiais que realizei no período - três das quais a Guiné-Bissau, no contexto da Configuração da CCP; e retiros e seminários com lideranças políticas internacionais. Integrei a Junta de Embaixadores da Comissão Independente sobre o Multilateralismo do "International Peace Institute" (IPI). Observa-se crescente interesse da academia na política externa brasileira, de que são exemplos os frequentes convites das universidades e "think-tanks" locais para palestras. Sobressaem os seminários de que participei nas universidades de Columbia, Harvard e Princeton, na United

Nations University e no Hunter College, bem como na Brookings Institution e no Aspen Institute.

DIFICULDADES ENCONTRADAS:

- Persistência da ênfase do sistema ONU em manter dinâmica assistencialista, Norte-Sul, nos moldes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de caráter universal;
- Inadequação das estruturas do sistema ONU à natureza inter-setorial da Agenda 2030 e ao tratamento dos Objetivos que não possuem "foro" específico;
- Insistência de alguns Estados-membros em tentar importar, para a ONU em Nova York, discussões sobre mudança do clima cujo âmbito adequado é a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC);
- Relutância de alguns países desenvolvidos em reconhecer as Nações Unidas como foro de debates multilaterais sobre governança econômica e financeira global;
- Necessidade de reafirmar as flexibilidades concedidas pela OMC aos países em desenvolvimento sobre patentes e proteção da saúde pública;
- Ênfase indevida dos países desenvolvidos na "securitização" da agenda da saúde;
- Insistência de alguns países em aplicar à cooperação sul-sul, que tem sua própria dinâmica, os princípios e condicionalidades utilizados pelos países desenvolvidos em sua cooperação prestada a países pobres;
- Divergências entre os Estados-membros sobre a priorização de reformas administrativas em detrimento de atividades substantivas, particularmente no pilar de desenvolvimento;
- Inadimplência do Brasil em relação aos orçamentos regular, de operações de paz da Organização e dos tribunais penais;
- A persistência de interpretação favorável ao recurso a intervenções militares no ideário de alguns países, malgrado os resultados problemáticos de intervenções no Afeganistão, no Iraque e na Líbia;
- No caso do Haiti, resistências de alguns países à renovação do mandato da MINUSTAH, no contexto de atrasos no calendário eleitoral haitiano;

- Resistências à participação de observadores militares de países fronteiriços - entre os quais o Brasil - na Missão Política Especial da ONU na Colômbia;
- O desafio de garantir recursos previsíveis do orçamento da ONU para a consolidação da paz e de contribuições ao Fundo de Consolidação da Paz (PBF);
- A continuada inação do CSNU em relação ao conflito Israel-Palestina e a inoperância do Quarteto para o Oriente Médio;
- No caso de Guiné-Bissau, o desafio da estabilidade política, capaz de permitir o pleno funcionamento do governo e a recuperação econômica;
- Em matéria de desarmamento, a resistência dos países nuclearmente armados em cumprir seus compromissos sob o TNP e participar de novos processos multilaterais para avançar rumo à eliminação das armas nucleares em escala global;
- A paralisia dos esforços para a convocação de conferência para o estabelecimento de Zona Livre de Armas Nucleares e outras Armas de Destruição em Massa no Oriente Médio;
- A estagnação das negociações multilaterais para lograr a desnuclearização da península coreana;
- A dificuldade de implementar a Estratégia Global da ONU de Contraterrorismo e a ausência de avanços rumo a Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional que contemple a definição universal do fenômeno do terrorismo; e
- A indevida instrumentalização, por parte das grandes potências, do conceito de responsabilidade de proteger como justificativa para o uso da força.

SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DO POSTO

- Aprofundar coalizões com delegações de países desenvolvidos e em desenvolvimento, a fim de transcender aspectos problemáticos da dinâmica Norte-Sul na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Intensificar ações que promovam abordagem construtiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de caráter transversal, como o ODS-10 (desigualdade), o ODS-12 (consumo e produção responsáveis) e o ODS-16 (sociedades pacíficas, justas e inclusivas);
- Preservar, nas atividades ligadas à mudança do clima, a noção de que países desenvolvidos têm responsabilidades históricas diferenciadas, cabendo-lhes obrigações mais abrangentes.

- Preservar e ampliar o papel da ONU no debate multilateral sobre temas ligados à governança econômica e financeira global;
- Promover atualização da Declaração de Oslo do agrupamento "Política Externa e Saúde Global";
- Considerar apoiar a realização de conferência global sobre saúde e desenvolvimento sustentável;
- Fortalecer o apoio substantivo do sistema ONU a atividades de cooperação sul-sul, inclusive o Fundo IBAS;
- Dar continuidade ao programa de promoção e difusão cultural do Brasil;
- Dar continuidade à participação do Brasil e de peritos brasileiros nos principais órgãos da ONU responsáveis por temas administrativos e orçamentários;
- Ampliar esforços para participação de empresas brasileiras no sistema de compras da ONU;
- Intensificar a política brasileira de inserção de nacionais no Secretariado da ONU;
- Subsidiar os esforços da SERE junto às autoridades financeiras nacionais com vistas ao pagamento tempestivo das contribuições brasileiras às Nações Unidas;
- Manter o perfil participativo do Brasil em todos os debates sobre paz e segurança na ONU, inclusive no CSNU;
- Manter presença significativa de militares brasileiros no Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) com a finalidade de facilitar o diálogo e a coordenação da participação brasileira em missões de paz;
- Dar continuidade às gestões e planejamento para a participação brasileira em missões de paz em novos cenários, de forma a manter ou ampliar a contribuição do Brasil à manutenção da paz no mundo;
- Favorecer acordo entre os Estados membros que garanta a destinação de recursos previsíveis para as atividades de consolidação da paz;
- Advogar pela melhor coordenação entre o Conselho de Segurança e a CCP;

- Apoiar ativamente iniciativas multilaterais, no CSNU ou em outros órgãos, para reavivar o processo de paz israelo-palestino e avançar rumo à solução de dois Estados;

- Em Guiné-Bissau, promover o diálogo entre os principais atores políticos bissau-guineenses, mobilizar a atenção da comunidade internacional para os desafios de ordem econômica do país, e estimular a atuação construtiva dos atores regionais e sub-regionais com Guiné-Bissau, utilizando plenamente a presidência brasileira da CPLP e da Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz;

- Na agenda de desarmamento, convocar a Quarta Sessão Especial da AGNU voltada ao desarmamento e continuar as negociações para lograr um instrumento juridicamente vinculante de proibição das armas nucleares;

- Disseminar e continuar a atualizar, na ONU e em meios acadêmicos e da sociedade civil, os princípios relacionados ao conceito de responsabilidade ao proteger;

- Reunir vontade política de alto nível para fazer avançar a agenda da reforma do Conselho de Segurança, promovendo negociações concretas com vistas a encontrar acordo no mais breve prazo possível, em linha com a Declaração de Chefes de Estado e Governo de 2005;

- Favorecer a crescente transparência do processo de sucessão do Secretário-Geral, buscando assegurar o êxito de candidatura apta a conduzir a ONU na superação dos desafios inerentes a uma ordem mundial inclusiva, a partir de uma multipolaridade cooperativa;

- Garantir a manutenção da liderança do Brasil em temas sociais e de direitos humanos, especialmente quanto à capacidade de construção de consensos com países de variadas matizes culturais e ao reconhecimento do País como interlocutor comprometido com o sistema multilateral;

- Apoiar os debates e a implementação de políticas multilaterais que promovam a equidade de oportunidades de trabalho e de remuneração entre homens e mulheres;

- Manter o compromisso de promover a Década Internacional das pessoas afrodescendentes, por meio da realização de eventos e de discussões no âmbito da ONU;

- Garantir a plena implementação dos compromissos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência;

- Dar continuidade às discussões sobre o direito à privacidade na era digital, contribuindo para resguardar a

segurança de informações estratégicas e de dados de caráter pessoal;

- Garantir que a participação brasileira nas discussões da Reunião de Alto Nível da AGNU sobre Grandes Movimentos de Refugiados e Migrantes, a ser realizada em setembro próximo, reflita as políticas exitosas implementadas pelo País e reconhecidas em diversas instâncias e foros internacionais;

- Quanto à temática das candidaturas, seria importante uma reflexão sobre formas de se aprimorar a coordenação entre diversos órgãos de governo. O processo de apresentação e promoção de candidaturas poderia ser aperfeiçoado, por exemplo, com a criação de instância que centralize o fluxo de informações e o planejamento da participação brasileira em pleitos específicos. Tais providências contribuiriam para tornar mais célere e eficiente o processo decisório sobre lançamento de candidaturas e sobre propostas de troca de votos.